

Declaração de São Tomé

Reforçar as instituições nacionais para aumentar a transparência do financiamento climático e reforçar a cooperação entre os países da lusofonia.

Os representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, reunidos no 5º Encontro Presencial do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência no Acordo de Paris, na Cidade de São Tomé, São Tomé e Príncipe, nos dias 27 a 30 de Março de 2023;

Reafirmando a declaração de Praia redigida e aprovada pelos representantes dos nove países Lusófonos no 3º Encontro Presencial do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência no Acordo de Paris, na Cidade da Praia, Cabo Verde, nos dias 11 a 14 de Julho de 2022 em que,

Reconhecendo a urgência da ação de luta contra a crise climática, através da redução da emissão de gases com efeito de estufa (GEE) e da adaptação aos impactos adversos das alterações climáticas;

Notando que a cooperação técnica, incluindo a partilha de conhecimento, tecnológica e financeira entre os países de expressão portuguesa é fundamental para a prossecução dos objetivos do Acordo de Paris;

Afirmando que a transparência da ação climática e do apoio prestado ou recebido é fundamental para promover a ambição na redução de emissões de GEE e para reduzir a vulnerabilidade dos países, ecossistemas e comunidades aos impactos adversos das alterações climáticas;

Enfatizando que os desafios que os Estados-Membros da CPLP, em particular os de menores recursos e com maiores fragilidades em termos de capacidade institucional, enfrentarão na transição para o Quadro de Transparência Reforçada do Acordo de Paris, que pressupõe a publicação bienal de informação sobre emissões de GEE, mitigação, vulnerabilidade, adaptação, perdas e danos e apoio prestado ou recebido e a respetiva revisão por parte de equipas das Nações Unidas constituídas por especialistas internacionais;

Notando que é fundamental a nomeação, por parte dos Estados-Membros, de técnicos que integrem as equipas de especialistas referidas acima, para aumentar as possibilidades de existir pelo menos um especialista que fale português na revisão dos Relatórios Bienais de Transparência dos países lusófonos e notando ainda que a participação nestas equipas constitui uma importante oportunidade de aumentar o conhecimento técnico que poderá posteriormente ser aplicado internamente;

Reconhecendo que os Relatórios Bienais de Transparência, em virtude da informação que veiculam, se constituirão como uma peça fundamental na captação, monitorização e avaliação dos resultados do investimento climático, em particular na forma de cooperação internacional;

Afirmando a importância da submissão atempada dos Relatórios Bienais de Transparência, num contexto de melhoria contínua e da aplicação de flexibilidade na implementação das diretrizes de transparência por parte dos países que dela necessitem;

Notando com entusiasmo o intensificar das atividades de transparência nos Estados-Membro, traduzidos no crescente número de relatórios nacionais submetidos à Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas;

Notando que as barreiras e dificuldades encontradas pelos Estados-Membro na implementação das regras atuais sob a Convenção de medição, reporte e verificação continuam a exigir grandes esforços às equipas técnicas responsáveis pela sua elaboração e **realçando** que, neste contexto, é fundamental o aprofundar do envolvimento e a articulação das diferentes áreas de política sectorial nestes esforços;

Notando a importância de proceder a uma transição suave para a Regras de Transparencia do Acordo de Paris (Artigo 13), seguindo uma lógica de melhoria continua entre os Relatórios Bienais de Atualização (BUR) sob a Convenção e os novos Relatórios Bienais de Transparência (BTR) no âmbito do Acordo de Paris;

Regozijando-se com os sinais claros identificados em vários Estados-Membro do reforço da institucionalização dos sistemas nacionais de transparência e de governança climática;

Observando que a transparência é fundamental para garantir o uso eficiente e efetivo dos recursos financeiros e meios de implementação destinados a reduzir as emissões de GEE e aumentar a resiliência dos países, ecossistemas e comunidades aos impactos adversos das alterações climáticas;

Enfatizando que os Relatórios Bienais de Transparência, em virtude da informação que veiculam, se constituirão como uma peça fundamental na captação, monitorização e avaliação dos resultados do investimento climático, em particular na forma de cooperação internacional;

Realçando as prioridades da presidência de São Tomé e Príncipe da CPLP para o biénio 2023-2025 focadas na sustentabilidade e na juventude,

Reconhecendo a importância do mecanismo de assistência técnica (Climate Helpdesk) como ferramenta efetiva, transparente e em língua portuguesa, para materialização de apoio prestado aos países do Núcleo Lusófono.

Exprimindo um voto de agradecimento ao governo de São Tomé e Príncipe, à Parceria para Transparência no Acordo de Paris (PATPA), uma iniciativa financiada pela Alemanha dentro da IKI, pela Bélgica e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Promessa Climática e ao CBIT-GSP executado pela ONU Ambiente pelo apoio prestado à organização deste encontro;

Reforçaram o apelo, expresso na Declaração de Praia, a todos os Estados-Membros da CPLP:

- que continuem a apoiar os trabalhos do Núcleo Lusófono da Parceria para a Transparência no Acordo de Paris, disponibilizando recursos técnicos, tecnológicos e financeiros para suportar a agenda de trabalhos ambiciosa que se perspetiva nos curto e médio prazos,

- que continuem a trabalhar no sentido de reconhecer a relevância do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência no Acordo de Paris no contexto da CPLP, enquanto instância de partilha e construção de conhecimento na temática da mudança do clima, bem como de promover a realização de atividades que contribuam para o combate às mudanças climáticas e aos seus impactos, num contexto de cooperação técnica entre seus respetivos Estados-Membros, no âmbito e estrutura de transparência aprimorada.

Apelam:

- ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que, assim que possível, disponibilize, em língua portuguesa, os materiais de treinamento da "Metodologia de Avaliação de Fluxos Financeiros e de Financiamento (UNDP methodology for assessing Investment and Financial Flows)";

- a todos os Estados-Membros da CPLP, que continuem a levar em consideração o plano de trabalho elaborado participativamente com os representantes dos países e entidades apoiadoras do Núcleo Lusófono na tomada de decisão sobre os temas relacionados com o reforço da transparência e cooperação entre os países lusófonos em matéria de alterações climáticas.

São Tomé, 30 de Março de 2023

Os participantes

Angola

ERNESTO ESCÓRCIO
Jana Jidá

Moçambique

Cláudio dos Santos Ruyhe
Noémia Utxeto

Brasil

RICARDO VIEIRA ARAUJO
Claísse Cruz

Portugal

Joana Viene de Silveira

Cabo Verde

Carlo Alberto Tavares Louz
Joqueline M. Amato de Freitas


São Tomé e Príncipe

SULISSA BOM JESUS GUANDE
Joni Luiz Lima Onofre

Guiné-Bissau

António FomSau Ndafá

Timor-Leste


- OSÓRIO XIMENES

Guiné Equatorial

JOSE USUE NDOUNG NIZANG

MARIA ANGUÉ URINGA MANGUE.